manchete

Público	Periodicidade: Diário	Temática: Política
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 530
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
28-09-2011	Tiragem: 46948	Página (s): 4

Há uma ideologia no Governo para além da *troika*?

Joana Gorjão Henriques

Seis analistas divergem: é mais liberal que o memorando, é pouco liberal, não há grandes diferenças entre esquerda e direita aqui nem na Europa

Nem todos aplaudem as medidas de austeridade do Governo

RUI GAUDÊNCIO

● A reforma do Estado social "em direcção ao novo paradigma do Estado regulador" é uma das linhas ideológicas que Pedro Passos Coelho define no seu livro *Mudar*, publicado antes de se tornar primeiro-ministro.

A diminuição do papel do Estado está mais associada à direita do que à esquerda. Mas da teoria à prática, estes 100 dias de Governo não chegam para gerar consenso sobre se há uma ideologia liberal clara na coligação PSD-CDS além do memorando da *troika*.

Mas logo aqui divergem as interpretações dos seis analistas de diferentes cores políticas que ouvimos. Há quem diga que o próprio memorando assinado pelo PS veio já marcado por uma ideologia à direita.

Ao cumprir o programa do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia, Passos Coelho está a seguir uma política pré-determinada com medidas "tipicamente associadas à direita", diz Ana Maria Belchior, investigadora em Ciência Política do ISCTE. É o caso das privatizações, da limitação dos apoios sociais e da redução do Estado que seguem as orientações da *troika*.

Por isso "não há uma opção de alinhamento especialmente neoliberal ou conservador". Por outro lado, acrescenta, apesar de não estar "a inovar" e de não estar "mais à direita" que a *troika*, o Governo optou por "intensificar" as "medidas económico-financeiras" do memorando, sem as fazer acompanhar de um plano de apoio social e "preservação do sector público". Exemplos? As subidas sucessivas de impostos -como a antecipação do aumento do IVA sobre a electricidade e gás para 23% ou o corte do subsídio de Natal - que penalizam "indiscriminadamente" os portugueses, em vez de reverterem para "um apoio social dos mais desfavorecidos", como na social-democracia escandinava.

Há quem vá mais longe na caracterização ideológica da *troika*: o economista político e investigador na Universidade de Coimbra João Rodrigues diz que segue uma orientação neoliberal - e que Passos Coelho e o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, estão a reforçá-la.

O economista define neoliberalismo como "a promoção da transferência de rendimentos de baixo para cima, associada ao desmantelamento da capacidade de o Estado intervir de forma progressista na economia". E isto está a acontecer em três grandes pilares, diz: no aumento regressivo dos impostos, nos cortes na despesa pública e no Estado social, nas privatizações e nas alterações na legislação laboral desfavoráveis aos trabalhadores, todas defendidas com "entusiasmo". Um exemplo de regressividade são as reduções na taxa social única sobre as empresas, que tem como consequência a redução dos custos laborais, porque significa a "diminuição das contribuições das empresas para a Segurança Social, ou o chamado 'salário indirecto dos trabalhadores' que são as suas futuras reformas". "O Governo vê esta crise como uma oportunidade ajudada pelo programa da *troika*. Na esperança de que forças de mercado, por si só, gerem crescimento, tem uma ideologia que é uma utopia. Nunca tivemos um governo tão neoliberal."

Mais liberal na retórica

Se há medidas em que o neoliberalismo se evidencia, na retórica isso é mais claro do que na prática, considera Ana Rita Ferreira, investigadora da Católica e Universidade do Minho. "Da mesma forma que acusávamos o Governo de Sócrates de ter um discurso mais à esquerda que a sua prática política, neste Governo, tirando as medidas da Segurança Social, o discurso é mais liberal do que as medidas", diz.

No entanto, algumas medidas implicam "uma visão do cidadão não como detentor de direitos, mas como alguém que pode estar numa situação de dificuldade - e então ajudamos com caridade". É o caso do aumento dos transportes públicos de 15% (definido na *troika*) e da limitação do passe social aos mais desfavorecidos, que implica a passagem de "um padrão igualitário para uma visão caritativa".

Alguém mais à direita, como Orlando Samões, investigador de Ciência Política na Universidade Católica, pensa, pelo contrário, que o Governo não é suficientemente liberal. Porque, argumenta, "as políticas que parecem mais liberais decorrem apenas das circunstâncias". Mesmo no caso das privatizações, "que o Governo anunciou, mas não fez". No fundo, não está a ir tão longe na liberalização dos mercados, diz este investigador, que não acredita que seja o Estado, mas os mercados que melhor podem resolver questões sociais. Nesse sentido, "o PSD é mesmo social-democrata, porque continua a ter uma preocupação social".

Noutra perspectiva, António Costa Pinto, professor de Política e História no ISCTE, considera que há medidas que fazem um corte no Estado social. Mas "não têm sido acompanhadas por um discurso liberal". "O discurso tem sido a crise grave, o legado do passado e a obrigação de Portugal regressar aos mercados." As "medidas são legitimadas pela situação de excepção", com o ministro das Finanças a "fazer um discurso mais técnico do que político".

Isto tem passado para o cidadão comum, mesmo que, para a classe média literada, o discurso "mais liberal" exista e a crise seja encarada como "oportunidade de reforma da relação do Estado e sociedade". Na prática, "a margem de manobra deste Governo é muito pequena". E a política "é dominada exclusivamente pelas finanças, pela economia e pela crise do euro". "Todas as questões de clivagem política, como a revisão constitucional ou a revisão eleitoral, são afastadas."

Daí que alguns analistas políticos à direita, como João Carlos Espada, director do Instituto de Estudos Políticos da Católica, não notem sequer "uma caracterização ideológica" nestes 100 dias: o que o Governo tem feito é seguir e aplicar o memorando. "A grande preocupação do Governo é afastar-se da Grécia, essa é a prioridade."

De resto, não há grandes diferenças entre as políticas seguidas em Portugal e em Espanha, com um governo socialista, ou em Itália, com um governo de direita. "Se olharmos para os países da União Europeia, não há grande clivagem ideológica em termos de programa imediato." Isto não tem tanto a ver com o facto de 21 dos 27 países terem governos de direita, diz, mas com o esbater da linha entre esquerda e direita na Europa. "Não vejo grandes diferenças entre os governos e as oposições desses países. A situação do euro é muito séria e nesse sentido as diferenças entre partidos perdem importância. As grandes diferenças estão entre os Estados Unidos e a Europa. Aliás, hoje a diferença entre republicanos, que querem cortar os impostos e as despesas sociais em toda a linha, e democratas é maior do que entre os socialistas e os partidos mais à direita na Europa."

Afinal, foi o PS que assinou este memorando com a *troika*.